



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
35.antr@capes.gov.br

Documento de Área

Área 35:

Antropologia / Arqueologia

Coordenador(a) da Área: Antonio Carlos de Souza Lima
Coordenador(a) Adjunto(a) de Programas Acadêmicos: Marcia Bezerra de Almeida
Coordenador(a) Adjunto (a) de Programas Profissionais: Ana Paula Mendes de Miranda



Sumário

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA.....	2
1.1. Tendências, apreciações, orientações.	2
1.2. Diagnóstico da área (incluindo a distribuição dos PPG por região, nota e modalidade).....	5
1.3. A interdisciplinaridade na área.	9
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA.....	11
2.1 Inovações, transformações e propostas.	11
2.2 Planejamento dos PPG da área no contexto das instituições de ensino superior.	13
2.3 Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPG.....	13
2.4 Perspectivas de impacto dos PPG da área na sociedade.	13
2.5 Perspectivas do processo de internacionalização dos PPG.....	14
2.6 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.	15
2.7 Visão da área sobre fusão, fragmentação e migração de PPG.	15
2.8 Visão da área sobre a modalidade à distância.	16
2.9 Visão da área sobre a modalidade profissional (especialmente o nível de doutorado)..	17
2.10 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.	17
2.11 Visão da área sobre formas associativas.	18
3. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA	19
ANEXOS	20
BIBLIOGRAFIA	29



1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA

O Documento da área de Antropologia e de Arqueologia foi elaborado conforme as recomendações do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), além de incorporar discussões e sugestões advindas do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação (PPG) em Antropologia e Arqueologia. Todos os dados utilizados neste documento têm como fonte a base de dados da Plataforma Sucupira (CAPES).

1.1. Tendências, apreciações, orientações.

A área 35 é composta por dois campos disciplinares justapostos da Antropologia e da Arqueologia (Quadro 1), guardando relações interdisciplinares de acordo com as subáreas de conhecimento que abarcam. No Brasil, seguiram historicamente caminhos diferenciados em seu processo de institucionalização, o primeiro desentranhando-se fundamentalmente do campo das Ciências Sociais, e o segundo daquele da História, diferenciando-se, assim da trajetória dessas disciplinas, por exemplo, nos Estados Unidos em que Antropologia Cultural (no Brasil, Social e Cultural se superpõem), Arqueologia, BioAntropologia e Linguística são, em geral, parte do que se chama de quatro campos (*four fields*) e seus conteúdos integram o escopo de um treinamento básico para qualquer formação nessas quatro áreas de conhecimento.

Quadro 1: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação e Cursos em Antropologia e Arqueologia em janeiro de 2019

PROGRAMAS	Mestrado	Mestrado / Doutorado	Mestrado profissional	Total
Antropologia	11	18	1	30
Arqueologia	3	4	0	7
Total	14	22	1	37
CURSOS	Mestrado	Mestrado / Doutorado	Mestrado profissional	Total
Antropologia	30	19	1	50
Arqueologia	6	4	-	10
Total	36	22	1	60

A área 35 seguiu duas principais diretrizes em seu trajeto histórico de expansão inequívoca. De um lado, reagiu e dialogou com as políticas públicas para ciência, tecnologia e pós-graduação, tais como formuladas principalmente nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), e como fomentadas e auditadas por esta Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), assim como pelas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) dos Estados e Distrito Federal. Em especial diante dos incentivos para a expansão numérica de programas, sobretudo após 2004, o que implicou também responder com o incremento do número de egressos, em ampliação de sua capacidade produtiva e na manutenção da qualidade de seus produtos. Tal se deu mantendo a área uma grande homogeneidade e concordância quanto aos parâmetros teóricos, metodológicos e éticos. De outro, a área 35 esteve atenta e respondeu aos estímulos colocados pela retomada da vida democrática no Brasil, que influenciaram, dentre muitos outros aspectos, na percepção da necessária mitigação das desigualdades, seja as de cunho regional, seja as relativas às condições de acesso, permanência e sucesso de discentes na pós-graduação, que determinaram os insumos à descentralização da produção acadêmica das regiões Sul e Sudeste rumo às regiões Norte, Nordeste e



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
35.antr@capes.gov.br

Centro-Oeste e, em tempos mais recentes, num amplo e sério investimento na implantação de ações afirmativas, ainda que em cenário já de relativa recessão dos recursos financeiros de custeio e à limitação do horizonte expansivo de bolsas de estudos, seja em número seja em modalidades específicas para tais fins.

Por outro lado, os marcos do reconhecimento do Brasil como país pluriétnico e multicultural com as políticas públicas de reconhecimento de direitos diferenciados desdobraram-se, a partir da Constituição de 1988, e geraram uma demanda social de significativo vulto por profissionais das duas disciplinas. A necessidade de profissionais qualificados formados em Antropologia e Arqueologia para o ensino, a pesquisa e inovação social, sob a forma de atuação técnica nos âmbitos governamental e não-governamental não cessou de crescer e o sistema de ensino pós-graduado, instância de formação por excelência das duas disciplinas, respondeu a ela positivamente. Isto foi feito mantendo as marcas do fazer antropológico e arqueológico no Brasil reconhecidas internacionalmente pelo seu rigor científico e compromisso político: a excelência da pesquisa de campo e de arquivo, no caso da Antropologia alicerçada na etnografia e nos variados métodos e técnicas empregados nas pesquisas de campo e nos estudos em laboratório na Arqueologia; o embasamento teórico das investigações; e o vínculo ético-moral com as populações estudadas (e no caso da Arqueologia com os coletivos interessados no patrimônio arqueológico) e seu forte conhecimento da realidade brasileira.

Se tal expansão, intensificada sobretudo pela retomada do desenvolvimento econômico com os efeitos sociais sobre os modos de vida de diferentes segmentos da população brasileira tradicionalmente estudados pelos antropólogos, foi bastante evidente e numericamente mais expressiva no caso da Antropologia, o mesmo ocorreu e ocorre com a Arqueologia: a identificação, o salvamento e o estudo de inúmeros sítios arqueológicos atingidos por obras públicas e de empresas privadas, como estradas e barragens, criou um recente e extenso mercado de trabalho para arqueólogos no país que vem aumentando a demanda por qualificação em cursos de pós-graduação (PG). Nos últimos cinco anos, o Centro Nacional de Arqueologia/IPHAN concedeu, aproximadamente, 8.000 (oito mil)¹ autorizações de pesquisa arqueológica, englobando tanto estudos de natureza acadêmica, como projetos conduzidos no âmbito do licenciamento ambiental. Também as políticas de patrimonialização têm exigido profissionais das áreas das duas disciplinas. Soma-se a isso, a recente regulamentação da profissão de arqueólogo pela Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018. Se, ao contrário das Antropologias e das Arqueologias metropolitanas, voltadas para o conhecimento de realidades em espaços coloniais, os antropólogos e arqueólogos brasileiros têm trabalhado localmente dentro de nossas fronteiras nacionais, tal se deu não só por opção, mas também por contingência. Alguns exemplos da fecundidade desta forma de fazer ciência são o desenvolvimento de uma das mais proeminentes Antropologias urbanas no cenário mundial. Da mesma forma, a relevância das pesquisas arqueológicas conduzidas no Brasil ultrapassa os limites da disciplina no país, tendo forte impacto para a compreensão da ocupação humana em contextos mais extensos. Nesse sentido, as parcerias com instituições e pesquisadores internacionais, já consolidadas em diversas instituições, contribuem para o aprofundamento de temas amplos, como o povoamento do continente americano, a história de longa duração na Pan-Amazônia, as arqueologias indígenas sul-americanas, a diáspora africana no Brasil, além das pesquisas em arqueologia clássica desenvolvidas, particularmente, no âmbito do PPG em Arqueologia da USP e da UFRJ. Tais estudos fomentam o intenso e profícuo diálogo entre a Arqueologia e outras áreas do conhecimento, seja no Brasil, seja no exterior, o que tem implicado o crescente deslocamento de pesquisadores e estudantes dentro e fora do país.

Por outro lado, e em especial, a partir da existência de recursos mais abundantes no período de 2004 a 2015, esta expansão se deu também para além das fronteiras nacionais, seja pela contribuição que os programas de pós-graduação vinham já dando e continuaram a dar à formação de antropólogos e arqueólogos de outros países (notadamente, mas não só) do Sul global, em especial no cenário da América Latina, seja pela ampliação da tendência anterior de desenvolvimento de pesquisas antropológicas e arqueológicas além fronteiras. Neste movimento, a comunidade de pesquisadores da área, notadamente a do campo da Antropologia, teve ação destacada marcada por intenso protagonismo na internacionalização da disciplina pela sua participação na criação do *World Council of Anthropological Associations*, criado a partir da ideia e condução de Gustavo Lins Ribeiro (UnB), e na *International Union of Anthropological and Ethnological*

¹ Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>, acesso em 25/01/2019.



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
35.antr@capes.gov.br

Sciences (IUAES), ou na recriação da Associação Latino-americana de Antropologia (ALA), em que brasileiros e brasileiras ocuparam e ocupam posições de destaque, sendo largamente ouvidos e acatados, fruto do largo reconhecimento com que goza a produção brasileira na área e a Associação Brasileira de Antropologia.

A tendência à autonomização da Antropologia, em relação às Ciências Sociais e da Arqueologia em relação à História, deu-se de modo diferenciado temporal e geograficamente, e se expressa também na recente criação de cursos de Arqueologia e Antropologia em nível de graduação², mas não impede a continuada valorização da interdisciplinaridade, à qual a própria abrangência da área abarca regularmente na sua prática. Esta dinâmica é fertilizada pela atuação dos docentes da área também em cursos de bacharelado e licenciatura como os de Ciências Sociais, História e Geografia, assim como em bacharelados de outros campos disciplinares das Humanidades, como os do Direito, da Psicologia, do Planejamento Urbano e Regional, mas também nos campos da Saúde e mesmo das Ciências Exata e da Terra. O trabalho dos profissionais da área nos cursos de graduação é extenso e tem caráter fundamental em sua expansão, já que alunos de graduação de diferentes áreas fazem com frequência sua iniciação científica sob orientação de antropólogos e arqueólogos, o que conduz a uma fértil dinâmica de expansão temática e interdisciplinaridade constitutiva. De fato, a área valoriza intensamente o trabalho na graduação em todas as suas virtualidades, inclusive pela fecundidade do trabalho cooperativo entre graduandos, mestrands e doutorandos nos laboratórios e núcleos de pesquisa da área, sendo tão mais significativa quanto mais a pesquisa envolver grandes equipes de trabalho, como é frequente, por exemplo, no campo da Arqueologia, sendo que mesmo unidades que não têm cursos de graduação apresentam um importante trabalho de iniciação científica.

É ainda, mister frisar que existem muitos antropólogos atuando em PPG de Ciências Sociais que, apesar da reivindicação histórica de que possam ser avaliados pela área de Antropologia e Arqueologia, integram a área de Sociologia. Se considerarmos as linhas de pesquisa e a formação dos docentes em cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais (ou, em certos casos, nos de História para a Arqueologia), seria de fácil comprovação o papel destacado dos profissionais da área que acabam por ser avaliados em bases pouco condizentes com sua formação ou trabalho. Seria ainda possível ver efeitos distorcivos semelhantes em áreas como a de Saúde Coletiva, Direitos Humanos e outras.

O crescimento numérico de egressos e sua empregabilidade, concentrada nas áreas de educação; atividades científicas e técnicas; e na administração pública, conforme a pesquisa sobre egressos feita para a CAPES pelo CGEE até 2014, assim como da produção de artigos em periódicos e de livros são contínuos e se expressam tanto na abrangência temática quanto na qualidade reflexiva das pesquisas, o que está plenamente introjetado e cada vez com mais qualidade, não só pelos docentes como pelos discentes, processo que começa já na formação ao nível de graduação.

A circulação do conhecimento cada vez mais tem acolhido a exibição de produtos audiovisuais de pesquisa dos antropólogos e arqueólogos, consoante uma tendência mundial de se valorizar outras formas não textuais de transmissão de conhecimento científico. Assim, uma significativa produção de ensaios fotográficos, filmes e/ou vídeos desenvolveu-se no Brasil alicerçada em teorias específicas e em metodologia apropriada, cujos recortes conceituais e a dimensão analítica estão tão presentes neste tipo de produto científico quanto em artigos, livros ou teses, dando ainda maior expansão à pesquisa antropológica, etnográfica e arqueológica.

É importante sinalizar, ainda, que a área de Antropologia, através da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), tem procurado produzir autonomamente reflexões sobre sua dimensão sistêmica (mais que o somatório de programas de pós-graduação e de políticas) em sua dimensão institucional no Brasil que encontra já dois diagnósticos abrangentes e muito completos sobre o campo da Antropologia, realizados com o intervalo de uma década, assim como produziu um mapeamento muito abrangente das principais áreas em que a Antropologia se faz presente na esfera pública no Brasil, evidenciando assim seu impacto tanto em termos de produção científica quanto em subsídios às políticas públicas e às transformações sociais

² BEZERRA, Marcia. Bicho de Nove Cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, 21 (2): 139-154; BEZERRA, Marcia. VIANA, Sibeli.; BEZERRA, M. e EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. (orgs) Múltiplas Perspectivas sobre o Ensino de Arqueologia no Brasil. *Habitus*, 12 (2) 2014.



rumo a uma existência societária mais equânime³. Na mesma direção, a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)⁴ pensa em produzir análises sobre o campo da Arqueologia em nosso país. Tais investimentos são fundamentais para planejar e a autoavaliar nosso desempenho, e pensar a mais longo prazo. Com isto, queremos marcar o quanto a discussão permanente de nossas próprias condições sociais de produção é dimensão constitutiva de nossos campos disciplinares, ainda que de modo independente de metodologias oficialmente chanceladas pela administração pública.

1.2. Diagnóstico da área (incluindo a distribuição dos PPG por região, nota e modalidade).

Uma representação gráfica da linha do tempo dos programas de pós-graduação da área pode ser observada na Figura 1, o que nos permite destacar alguns períodos de expansão. Na primeira fase (1970-1979) nota-se a criação de 6 mestrados, seguida por apenas 1 curso na década de 1980 e dois na década de 1990. É nos anos 2000 e na década seguinte que se observa o crescimento dos cursos, com a criação de 12 mestrados. No que se refere ao doutorado a década de 1970 teve 2 cursos, apenas 1 na década de 1980, seguido da criação de 2 na década de 1990. A expansão dos cursos de doutorado a partir dos anos 2000 foi menor que a do mestrado, mas também é significativa, já que se registrou a criação de 7 cursos.

A tabela 1 apresenta o crescimento da área desde o ano 2000 até o presente. No início da década de 2000, a área de Antropologia e Arqueologia contava com 10 programas de pós-graduação: seis programas com Mestrado e Doutorado e quatro programas com Mestrado. No triênio de 2007 a 2009 passou a contar com 20 programas acadêmicos, sendo doze com Mestrado e Doutorado e oito com Mestrado, ou seja, um total de 32 cursos. Havia então um curso de Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural (PUC-GO), que deixou de existir no triênio 2007-2009. No triênio de 2010 a 2012, a expansão da Área chegou a 41 cursos, em 25 programas: dezesseis com Mestrado e Doutorado e nove com Mestrado, apontando a tendência de aumento maior de programas que englobam os dois níveis de cursos. A tendência de expansão seguiu em 2013/2016, que registrou um crescimento de 20%, e até a metade do quadriênio vigente o crescimento de 23,3%, quando se registrou a aprovação do Mestrado Profissional Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas (Universidade de Pernambuco). Cabe mencionar que a Arqueologia esteve vinculada como área de concentração em dois programas de pós-graduação em História: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) responsáveis pela formação de centenas de pesquisadores em arqueologia no país. No caso da PUC-RS a área de arqueologia teve início em 1992 e foi extinta em meados dos anos 2000, já a UFPE que também formou, por décadas, um expressivo número de pesquisadores inaugurou em 2002 o PPG em Arqueologia, sendo o mais antigo da região. Ainda na região nordeste, a UFPI mantinha PPG que contemplava as áreas de Antropologia e Arqueologia, transformando-se no ano de 2013 em dois cursos distintos e ativos até o momento. O PPG em Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) teve lugar na formação de pesquisadores da área de Arqueologia e em 1989 a instituição constituiu programa próprio voltado para a área de Arqueologia. Por outro lado, a criação relativamente recente do curso de Doutorado em Antropologia da Unicamp só se explica à luz da forte presença da Antropologia no doutorado em Ciências Sociais dessa instituição, que até hoje se mantém, de modo altamente dinâmico e abrigando a realização de importantes pesquisas na disciplina antropológica.

³ Ver TRAJANO FILHO, Wilson & LINS RIBEIRO, Gustavo (orgs). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa; Associação Brasileira de Antropologia, 2004; SIMIÃO, Daniel Schroeter & FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs). *O campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea de Souza; CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LACERDA, Paula Mendes; OSORIO, Patricia (orgs). *A Antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. Rio de Janeiro; Brasília: E-papers; Associação Brasileira de Antropologia, 2018; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia (no prelo).

⁴ SCHAAN, Denise Pahl & BEZERRA, Marcia. (orgs.) *Construindo a Arqueologia no Brasil: a trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Belém: GK Noronha, 2009.

Figura 1 Linha do tempo dos programas de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia (1968-2019)

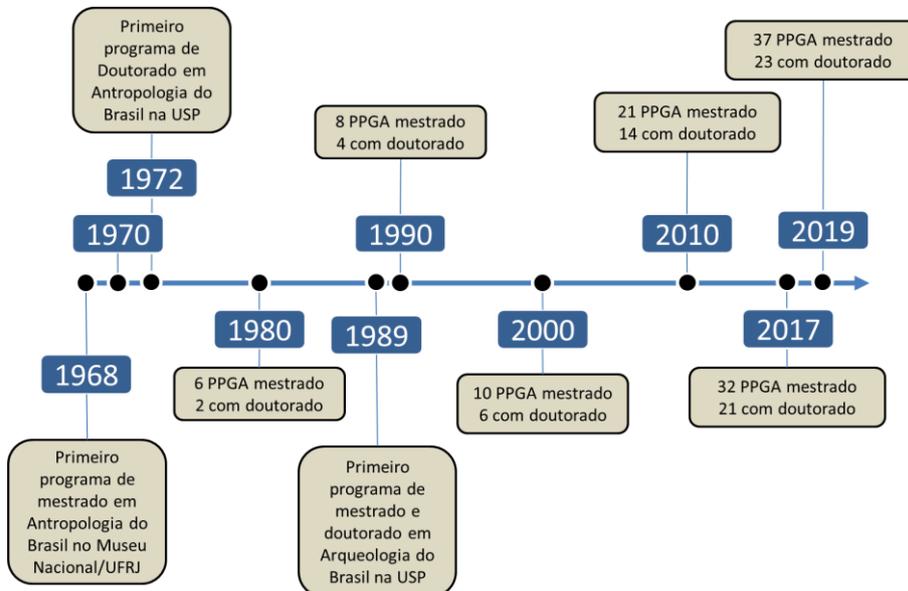


Tabela 1 - Crescimento dos Programas da Pós-Graduação na Área Antropologia e Arqueologia (2000 a 2019)

Modalidades						
Anos	Mestrado	Mestrado e Doutorado	Mestrado Profissional	Total	Crescimento %	% de Crescimento em relação ao ano 2000
Até 2000	4	6	0	10	-	-
2001/2003	2	9	0	11	10,0	10,0
2004/2006	4	10	0	14	27,3	40,0
2007/2009	8	12	0	20	42,9	100,0
2010/2012	9	16	0	25	25,0	150,0
2013/2016*	9	21	0	30	20,0	200,0
2017/2019**	14	22	1	37	23,3	270,0

* foram avaliados 29 programas pois a UEMA não estava na área de Antropologia, o programa mudou de área em 2018.

** até janeiro de 2019

Nos dados do último quadriênio incluem-se os programas que iniciaram em 2013 e programas novos que obtiveram aprovação entre 2013 e 2016 (Tabela 2). A expansão recente marca-se por programas que apresentam cursos de mestrado e doutorado (UFG/Goiás, UFRN/Rio Grande do Norte, UFPel/Rio Grande do Sul) em detrimento de cursos que apresentam apenas cursos mestrado (UFRR/Roraima, UFAL/Alagoas, UFMT/Mato Grosso), bem como por uma regionalização demonstrando maior equilíbrio entre regiões,



refletindo os anos de investimento em políticas de descentralização das regiões Sul-Sudeste. A abertura de novos cursos é ligeiramente mais lenta nos últimos dois períodos.

Tabela 2 – Distribuição regional e por nota de avaliação dos Programas de Pós-Graduação (2017)

Região	UF	IES	Ano da criação (M / D)	Natureza	Nota	
					M	D
Centro-Oeste	DF	UNB	1972 / 1981	Acad.	7	7
	GO	UFG	2009 / 2015	Acad.	4	4
	MS	UFGD	2011	Acad.	3	-
	MT	UFMT	2014	Acad.	3	-
Região	UF	IES	Ano da criação (M / D)	Natureza	Nota	
Nordeste	PE	UFPE	1977 / 2001	Acad.	5	5
	RN	UFRN	2005 / 2015	Acad.	5	5
	BA	UFBA	2007 / 2007	Acad.	4	4
	PI	FUFPI	2009	Acad.	3	-
	SE	FUFSE	2009	Acad.	3	-
	PB	UFPB/JP	2011 / 2018	Acad.	4	4
	PE	UPE	2017	Prof.	3	-
	AL	UFAL	2015	Acad.	3	-
	PE	UFPE - ARQ	2003 / 2003	Acad.	5	5
	SE	FUFSE - ARQ	2011 / 2013	Acad.	4	4
	PI	FUFPI - ARQ	2012	Acad.	3	-
Região	UF	IES	Ano da criação (M / D)	Natureza	Nota	
Norte	AM	UFAM	2008 / 2010	Acad.	4	4
	PA	UFPA	2010 / 2010	Acad.	5	5
	RR	UFRR	2016	Acad.	3	-
Região	UF	IES	Ano da criação (M / D)	Natureza	Nota	
Sudeste	RJ	UFRJ	1968 / 1977	Acad.	7	7
	SP	UNICAMP	1971 / 2004	Acad.	5	5



	SP	USP	1972 / 1972	Acad.	6	6
	RJ	UFF	1994 / 2002	Acad.	5	5
	MG	UFMG	2006 / 2014	Acad.	4	4
	SP	UFSCAR	2007 / 2009	Acad.	5	5
	SP	USP - ARQ	1989 / 1989	Acad.	5	5
	RJ	UFRJ - ARQ	2006 / 2011	Acad.	4	4
Região	UF	IES	Ano da criação (M / D)	Natureza	Nota	
					M	D
Sul	RS	UFRGS	1979 / 1991	Acad.	6	6
	SC	UFSC	1985 / 1999	Acad.	5	5
	PR	UFPR	1991 / 2014	Acad.	4	4
	RS	UFPEL	2012 / 2016	Acad.	4	4

A evolução da distribuição regional dos cursos (que pode ser observada visualmente nas figuras 2, 3 e 4 em anexo) e da produção de dissertações e teses (gráficos 1 e 2), deixa claro que a concentração no eixo sul-sudeste não é mais um problema para área, que agora está presente em todas as regiões. É tão mais significativo notar a melhoria no último quadriênio dos conceitos dos programas das regiões Nordeste, Norte, e no Centro-Oeste, demonstrando a consolidação da área e um empenho significativo em atingir padrões de excelência. Neste sentido, cremos que a área respondeu eficaz e intensamente aos estímulos das políticas governamentais orientadas à expansão quantitativa e qualitativa da pós-graduação no Brasil tais como pautadas a partir dos PNPG, sobretudo aquelas direcionadas pelo fomento de agências como a CAPES e o CNPq.

Gráfico 1 – Média de dissertações e teses no período 1992 a 2016 (avaliações bienais e trienais)

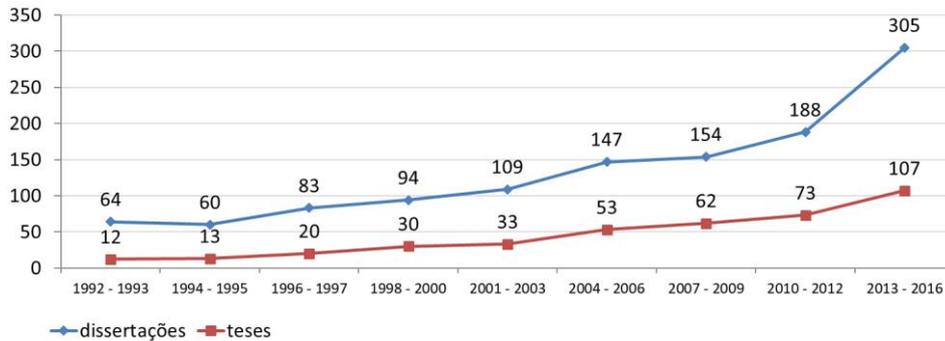
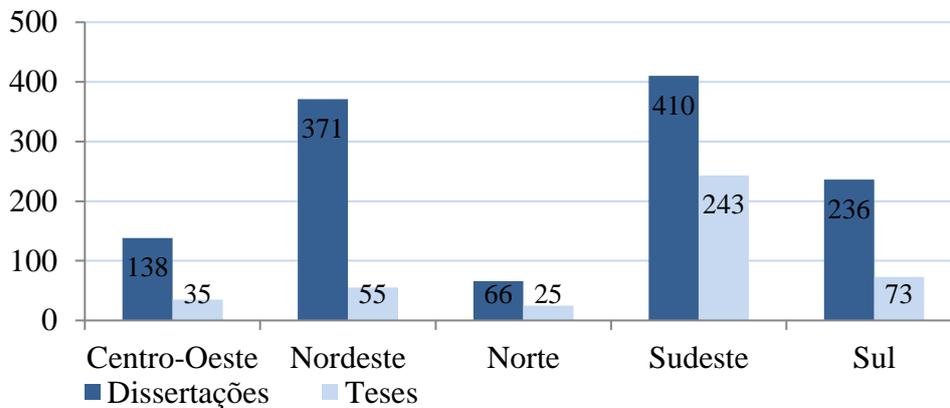


Gráfico 2 – Número total de teses e dissertações defendidas por região no período de 2013-2016



A área de Antropologia e Arqueologia contabilizou na última avaliação com 589 docentes em sua totalidade, dos quais 461 (78,3%) são docentes permanentes, 115 (19,5%) são colaboradores e 13 (2,2%) são visitantes (Gráfico 4, em anexo). Dentre os docentes (ver gráfico 3 em anexo) observa-se um equilíbrio de gênero entre os docentes do sexo feminino (51,3%) e do sexo masculino (48,7%). Destes, 556 (94,4%) de docentes de origem brasileira e os demais (5,6%) de outras nacionalidades (Gráfico 5 em anexo). O perfil dos docentes no que diz respeito ao local e tempo de titulação, faixa etária e bolsas de produtividade podem ser analisadas nos Gráficos 6, 7, 8 e 9 (em anexo). O tamanho médio dos corpos docentes dos PPG da área é de 18,4 docentes, sendo 9,4 do sexo masculino e 9,0 do sexo feminino (ver tabela 3 em anexo).

O total de alunos matriculados, em 2017, nos PPGA somava 1.834 alunos, sendo 50,2% do doutorado e 49,8% do mestrado (Gráfico 10 em anexo). O total dos discentes de PPG só de Antropologia foi 1.596, onde 57,8%, são do sexo feminino e 42,2% do sexo masculino (Gráfico 12, em anexo). Já em PPG apenas de Arqueologia somaram 238 alunos matriculados, com 51,3% do sexo feminino e 48,7% do sexo masculino (Gráfico 13, em anexo). Em PPG com Antropologia e Arqueologia somam 184 alunos (UFMG, UFPA e UFPEL), sendo 61,4% do sexo feminino e 38,6% do sexo masculino (Gráfico 14, em anexo). Podemos afirmar, portanto, que se trata de uma área crescentemente mais ocupada por discentes do sexo feminino, jovens (Gráfico 15), o que torna necessário rever diversas questões à luz dos imperativos da maternidade e de outros direitos das mulheres.

Outro dado relevante para a área tem a ver com a identificação étnico-racial dos discentes, que apresenta ainda um grau elevado de não informação ou informação incompleta, mas com uma distribuição equilibrada entre alunos brancos (24,2%) e não-brancos (23,1%) no mestrado. Para o doutorado a disparidade ainda é maior (25,8% e 18,2%) (Gráfico 11, em anexo).

1.3.A interdisciplinaridade na área.



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
35.antr@capes.gov.br

As trajetórias de consolidação da Arqueologia e da Antropologia no Brasil e sua constituição em campos disciplinares próprios, a partir da seu desentranhamento de outros campos de conhecimento permitem apontar que: 1) tanto a Antropologia quanto a Arqueologia são, elas mesmas, constituídas de saberes interdisciplinares: como dito, uma nascida junto às Ciências Sociais e outra nascida no campo da História e, assim, carregam visões e temáticas já interdisciplinares; 2) ambas buscam e realizam também o diálogo com conhecimentos como a história, a filosofia, a ciência política, a economia, a geografia, a saúde, a sociologia, a linguística, a literatura, a comunicação, as artes e estudos da performance, a geologia, a biologia, a zoologia, a química, a arquitetura, as ciências do meio-ambiente e estão abertas para a interdisciplinaridade em seus programas com as mais diferentes áreas; 3) tanto a Antropologia quanto a Arqueologia tendem a cada vez mais exercitar a interdisciplinaridade entre os seus saberes recíprocos e a aproximar-se à busca da conexão entre os chamados quatro campos: a Antropologia Social (que no Brasil engloba a Antropologia Cultural), a Arqueologia, a Linguística e a Antropologia Biológica. Reconhecendo esta realidade e a crescente aquiescência quanto à natureza essencialmente interdisciplinar do conhecimento científico, a área tem refletido positivamente sobre a ampliação de cursos e programas mais abertamente interdisciplinares e com cruzamentos temáticos em que estejam envolvidas múltiplas disciplinas, contanto que preservem como um dos seus focos a Antropologia ou Arqueologia.

A interdisciplinaridade é também uma perspectiva constitutiva do trabalho docente e de orientação de pesquisas da área, pela participação intensa de seus profissionais em cursos de graduação em Ciências Sociais (especialmente os com habilitação em Antropologia), de bacharelado e licenciatura, ou nos cursos específicos de Antropologia e Arqueologia, fora as matérias oferecidas em outras áreas das humanidades, da Saúde, ou das Ciências Exatas, que acabam muitas vezes por atrair alunos para iniciação científica, futuros candidatos a cursos de mestrado e doutorado.

Nos últimos anos assistimos tanto a processos de desmembramento de programas internos à área, fruto da lógica de progressiva autonomização de ambos os campos disciplinares, quanto no surgimento de programas em que Antropologia e Arqueologia surgem combinados (casos da UFPEL, da UFMG e da UFPA sendo que esta última abarca também a BioAntropologia além de investir, desde a sua criação, na formalização da área de concentração em Linguística).

No domínio específico da Arqueologia, há tendências distintas, uma de maior aproximação com a Antropologia Social e Cultural e com a História, e outra que enfatiza a interface com algumas outras ciências, como a Geologia e a Biologia, entre outras. As duas tendências são igualmente importantes, necessárias e aceitas para a consolidação da Arqueologia e conformação de programas de Arqueologia.

A formação profissional da Arqueologia vem se realizando, portanto, num triplo caminho: nos programas de Arqueologia (vinculando-se às disciplinas de Antropologia, História e Ciências Sociais e aqueles que têm afinidades particulares com disciplinas situadas fora do âmbito das Ciências Sociais), nos programas que articulam Antropologia e Arqueologia e nos programas de História, onde é interdisciplinar.

Quanto ao domínio específico da Antropologia, no plano da formação, a autonomização da disciplina em relação ao campo das Ciências Sociais, cabe aqui enfatizar o já dito: há uma ponderável quantidade de antropólogos atuando em cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais, avaliados pela área de Sociologia. Em muitos deles os antropólogos são sustentáculos fundamentais dos PPG de Ciências Sociais e sua produção exerce com grande sucesso a interdisciplinaridade com a Sociologia e a Ciência Política, além de outras disciplinas, de acordo com o tema. Há, no entanto, ênfases e dimensões distintas na presença da Antropologia de acordo com o curso, sendo uma antiga postura da área 35 que os cursos com ampla presença da Antropologia devam ser avaliados por nossa área e não pela Sociologia. Mas os vínculos que a área pretende que sejam aprofundados neste quadriênio implicam em cruzamentos temáticos e áreas de fronteira que estão para muito além da relação com as outras Ciências Sociais ou a ideia estadunidense de “quatro campos”, configurando campos temáticos tradicionais e muito desenvolvidos em outros países, e que vêm sendo retomados sob novos enfoques. São exemplos os estudos de ecologia cultural, tradicionais tanto em Antropologia quanto em Arqueologia, e de vital importância diante da sócio e biodiversidade brasileiras, ou os campos da justiça, segurança pública e dos direitos humanos, do patrimônio, em que se cruzam desde estudos na área da arquitetura até aqueles sobre turismo, para mencionar apenas alguns.

É mister, pois, reconhecer que a interdisciplinaridade em Antropologia e em Arqueologia se coloca muitas vezes pela própria dimensão do alto impacto e relevância social de nossas disciplinas, seja o expresso em subsídios técnico-científicos para políticas públicas e institucionais, seja numa expressiva produção



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
35.antr@capes.gov.br

científica que problematiza as demandas de movimentos e coletividades sociais à luz das teorias correntes da área, dos métodos em que a pesquisa de campo (ainda que diferenciadas) em ambas as disciplinas é essencial, no que a sistemática discussão sobre o fazer do antropólogo e do arqueólogo se embasa em códigos de ética bastante definidos a partir seja da ABA ou da SAB. Por outro lado o reconhecimento de direitos culturalmente diferenciados e as ações afirmativas vêm ensejando a necessidade de novos recortes temáticos, onde nossas disciplinas tendem a uma hibridização com outros campos do conhecimento em que a diversidade social brasileira estimula novas proposições, tanto mais em regiões como o Norte, o Nordeste, e o Centro Oeste onde a demanda no plano da administração pública por equipes capacitadas gera oportunidades reais de emprego. Em reconhecimento à importância desta abertura e destas demandas, a intenção atual da área é a de abrigar propostas de programas e cursos cujos aspectos são mais plenamente interdisciplinares e de variadas formações, contanto que não se perca o eixo básico de conhecimento - teórico, ético e metodológico - em Antropologia ou Arqueologia.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA

Como o diagnóstico acima nos mostrou, a área expandiu-se eficazmente e demonstrou consolidação para implantar outros programas em regiões historicamente menos favorecidas no tocante à formação pós-graduada, conquanto divisemos que haja espaço para crescimento ainda, em especial nas regiões Norte e Centro-Oeste, tanto mais em Arqueologia. Parece-nos, sobretudo, importante pensar em novos perfis temáticos de cursos alicerçados solidamente nas teorias, metodologia e princípios éticos da Antropologia e da Arqueologia, sejam acadêmicos ou profissionais. Há demanda para tanto e tais perfis existem fora do Brasil, sendo aqui limitados pela disciplinarização excessiva promovida pelas próprias políticas públicas. A área, julga, no entanto, que expandir com qualidade, critério, e aderência às preocupações amplamente compartilhadas no Brasil pelos profissionais de ambas as disciplinas, mas também com recursos, estrutura, suporte e em direta articulação aos mercados de trabalho acadêmico e extra acadêmico é de vital importância. Assim, no plano do seu principal produto – o egresso pós-graduado em Antropologia e Arqueologia, a área julga que este deve estar preparado/a para atuar como pesquisador/a, como docente em diversos níveis, para atuar na formação de docentes para a educação básica e/ou de nível superior, além de ser capaz de atuar como profissional especializado, consultor/a, assessor/a e/ou gestor/a público/a em questões relacionadas à área.

2.1 Inovações, transformações e propostas.

A área considera que, diante do cenário de retração de recursos desde 2015 será fundamental, neste quadriênio:

2.1.1. rever as bases de cálculo das taxas de custeio da área tanto para o Programa de Apoio à Pós-Graduação (*PROAP*) quanto para o Programa de Excelência Acadêmica, tal como vigentes no momento, direção já assinalada à Diretoria de Programa e Bolsas/CAPES e ao Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP), considerando que a pesquisa em Antropologia e Arqueologia se faz por meio de trabalhos de campo e laboratoriais - no caso da Arqueologia em geral custosos em termos financeiros e de tempo;

2.1.2. assegurar a consolidação dos resultados da expansão da área na última década, investindo na qualificação e na melhor definição do perfil dos cursos, para tanto procedendo à autoavaliação dos cursos e das áreas em consonância com os trabalhos já desenvolvidos pelas associações científicas das duas disciplinas;

2.1.3. enfatizar as relações com as atividades de graduação, seja nos cursos de graduação em ciências sociais com habilitação em Antropologia, seja nos cursos de graduação em Antropologia e Arqueologia, ou ainda em cursos de licenciatura (principalmente em ciências sociais, história e geografia) ou de bacharelado fora da área de ciências sociais;



- 2.1.4. fomentar e acolher cursos temáticos e interdisciplinares centrados em Arqueologia ou em Antropologia, ou em ambas, especialmente, ao nível de programas de mestrados acadêmicos e profissionais;
- 2.1.5. estimular a realização intra e inter regional de iniciativas sob a forma associativa; parcerias do tipo de Minter, Dinter; turmas fora de sede no âmbito dos programas profissionais; ou, no caso de retomada desse formato de fomento (cuja importância para a área foi indiscutível), sob formas como a do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e outras iniciativas que venham a contribuir para a mobilidade docente e discente ao nível nacional;
- 2.1.6. rever procedimentos didáticos e avaliativos a partir da realidade de ampla adesão da área a ações afirmativas;
- 2.1.7. propugnar pelo reconhecimento das ações afirmativas sob a forma seja de bolsas, seja a de taxas de custeio diferenciadas;
- 2.1.8. rever procedimentos avaliativos no referente a gestantes, consoante a predominância feminina na área;
- 2.1.9. promover o processamento de dados sobre a área que permitam um planejamento coletivo de curto, médio e longo prazos, em articulação entre os PPG, os setores competentes da Capes e as associações científicas da área;
- 2.1.10. sedimentar o processo de reflexão permanente realizado pelos corpos deliberativos dos PPG da área tendo em vista as diretrizes mais gerais contidas no documento “*Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da PG. Documento Final da Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 – 10/10/2018*”, tal como chancelado pelo Conselho Superior da Capes, com especial ênfase à definição do âmbito primordial de atuação de cada PPG da área;
- 2.1.10. acolher a criação de cursos de mestrado profissional apenas para atender formações curriculares especializadas ou concentrações temáticas específicas, de cunho interdisciplinar e tematicamente orientados em diálogo com outras áreas de interface, em conformidade com os Códigos de Ética da Antropologia e da Arqueologia tal como definidos pela ABA e pela SAB;
- 2.1.11. discutir a procedência ou não da modalidade doutorado profissional na área, apenas quando implantados a partir de cursos de mestrado profissional avaliados com nota 4 ou superior e para atender formações curriculares especializadas ou concentrações temáticas específicas de cunho interdisciplinar e tematicamente orientados em diálogo com outras áreas de interface, em conformidade com os Códigos de Ética da Antropologia e da Arqueologia tal como definidos pela ABA e pela SAB;
- 2.1.12. incentivar o planejamento de cursos internacionais e cotutelas internacionais ao nível de doutorado acadêmico;
- 2.1.13. valorizar iniciativas inovadoras de transferência de conhecimentos, valorizando inclusive ações de cunho extensionista;
- 2.1.14. estimular processos permanentes de planejamento institucional ao nível de cada PPG em diálogo com o cenário mais amplo da área no Brasil;
- 2.1.15. implantar processos de autoavaliação de acordo com as diretrizes chanceladas pela Capes, com especial atenção ao mapeamento dos egressos de cada curso e suas trajetórias;
- 2.1.16. considerar pouco recomendável cursos disciplinares de mestrado ou doutorado stricto sensu em Antropologia e Arqueologia na modalidade EAD, tendo em vista as especificidades dos processos formativos nestas disciplinas, as necessidades de infra-estrutura (em especial de acesso a acervos bibliográficos e laboratórios para tratamento de material arqueológico ou produção audiovisual),
- 2.1.17. avaliar propostas de cursos interdisciplinares de mestrado, quer em modalidade acadêmica quer em profissional em EAD, quando contemplarem os requisitos estabelecidos pela área para esta modalidade no documento orientador de APCN;
- 2.1.18. recomendar que propostas de cursos de mestrado, nas modalidades acadêmica ou profissional, contem em seu NDP com o número mínimo de oito (8) docentes, sendo desejável que este número seja de 10 (dez) docentes; e que propostas de cursos de doutorado contem com o número mínimo de 10 (dez) docentes em seu NDP, sendo desejável que este número seja de 12 (doze) docentes.



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
35.antr@capes.gov.br

2.2 Planejamento dos PPG da área no contexto das instituições de ensino superior.

A área reconhece a importância de um planejamento operacional de cada programa, destacando que apesar da existência formal de planejamentos institucionais e planos de desenvolvimento institucionais, em sua grande maioria as universidades públicas brasileiras não operam em termos de seu funcionamento real com esses instrumentos, que, *per se* supõem um horizonte inexistente na prática de financiamento estável nos prazos médio e longo.

Ciente desta realidade, a área investirá, quando as dinâmicas das universidades a que estão vinculados não os colocarem como procedimentos rotineiros, na busca de subsídios e na reconfiguração de processos permanentes de discussão que se dão sistematicamente nas reuniões dos corpos deliberativos dos PPG da área, organizando-as sob a forma de planejamentos institucionais que sejam apresentados. A área julga que tais procedimentos devem ser paulatinamente implantados neste quadriênio para passarem a vigir a partir dos próximos quadriênios, de acordo com o calendário de implantação das alterações no processo da Avaliação da Pós-Graduação tal como conduzidos a partir da ampla rediscussão de formatos e critérios do processo ainda não concluída.

2.3 Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPG.

A avaliação dos PPG que integram a área de Antropologia e Arqueologia passou a ser quadrienal em conformidade com a orientação da CAPES, que estabelece os princípios gerais, dos quais destacamos: a avaliação por pares; transparência da informação, dos critérios e dos resultados; e a comensurabilidade entre as áreas de avaliação, assegurando o respeito às peculiaridades de cada área.

A autoavaliação é parte desse processo, que se tornou obrigatória a partir da legislação vigente. A área compreende que a autoavaliação é um processo coletivo, que traz benefícios que contribuem para o aperfeiçoamento contínuo, para o conhecimento das limitações e potencialidades e de outras ações que impliquem em mudanças e melhorias que levem ao desenvolvimento dos programas. É através desse processo que é possível se compreender a dimensão qualitativa das diferentes trajetórias de programas que se apresentam com notas semelhantes.

A conjugação da avaliação pela CAPES e da autoavaliação tem a finalidade de construir um cenário sobre os programas de pós-graduação sobre o resultado da produção de conhecimento e sobre a formação discente.

Assim, cada programa deverá propor um modelo de autoavaliação, que comporte inclusive um olhar externo ao programa, de modo a monitorar a qualidade de seu desempenho em termos da formação que oferece, do conhecimento produzido a partir da mesma, dos seus impactos científico, político, educacional, econômico e social nos âmbitos privilegiados para sua atuação (seja o local/regional, nacional e/ou internacional). O foco primordial deverá incidir sobre a formação discente sob a perspectiva da inserção social, científica e profissional, e assim o monitoramento sistemático no diálogo com os egressos será de importância central. Os procedimentos para a definição da sistemática de avaliação de cada programa deverão estar de acordo com as orientações da CAPES para a autoavaliação de acordo com a normatização vigente, assim como com a(s) sistemática(s) de cada IES.

2.4 Perspectivas de impacto dos PPG da área na sociedade.

A dimensão do impacto dos programas de pós-graduação em Antropologia/Arqueologia precisa ser demonstrada a partir dos seus resultados e efeitos, a longo termo, nos seguintes campos para o avanço do conhecimento: Científico; Tecnológico; Econômico e Social; Ambiental.

Tanto no caso da Antropologia quanto no caso da Arqueologia os impactos econômicos e sociais do conhecimento científico produzidos nestes dois campos disciplinares têm sido de extrema relevância e significação. O trabalho técnico-científico de antropólogos e arqueólogos tem contribuído significativamente em numerosos temas e problemas relativos à diversidade social, seja na formulação de um escopo amplo de políticas públicas e institucionais e processos decisórios, seja em sua implementação



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
35.antr@capes.gov.br

e avaliação. Tal tem se dado tanto nas escalas local/regional, quanto na nacional, o que por sua vez projeta de modo singular a produção brasileira no cenário internacional das disciplinas. Ademais, ambas as disciplinas têm contribuído de modo significativo à renovação de conhecimentos transmitidos no nível da educação básica.

Os impactos em termos científicos de cada programa vêm sendo basicamente avaliados por sua produção científica em dissertações e teses, logo em egressos, pela qualificada em artigos e em periódicos, em livros, capítulos de livros e produtos audiovisuais de seus corpos docente e discente.

Quanto a aspectos relativos aos impactos econômicos, sociais e ambientais, que em larga medida dizem respeito à participação de ambas as disciplinas na esfera pública, a produção técnica tem sido indicador fundamental, e essa noção vem recobrando produtos os mais variados. Para isto, a conclusão dos trabalhos do GT sobre Produção Técnica e Tecnológica, uma vez aprovada e chancelada pelo CTC-ES, será baliza fundamental na definição com que operaremos efetivamente no âmbito da área no plano definição dos indicadores com vistas à próxima avaliação.

O tratamento de dados para mensuração dos impactos e da relevância econômico social da produção de cada programa será objeto de abordagem acurada em momento adiante do processo de revisão da avaliação quadrienal. A CAPES para isto instituiu um GT com a finalidade de tratar do tema e que deverá avançar na discussão ao longo do ano de 2019 a fim de fornecer subsídios ao CTC-ES para tomadas de decisão em termos de indicadores mais adequados de análise deste quesito e para plena implantação de um modelo único e multidimensional de avaliação.

2.5 Perspectivas do processo de internacionalização dos PPG.

A área de Antropologia e Arqueologia compreende que nos últimos anos houve um expressivo aumento de circulação da produção brasileira no exterior, por meio de publicações e participação em eventos internacionais, motivada pela disponibilidade de financiamentos públicos até 2015. Mas faz-se necessário esclarecer que o entendimento que temos sobre a internacionalização se diferencia da perspectiva das ciências exatas e da vida. Consideramos que a internacionalização se dá não só pela publicação de artigos em periódicos, em livros e capítulos de livros publicados em outros países, incluindo-se aí edições revistas (e em geral traduzidas) de livros primeiramente publicados no Brasil, na apresentação de produtos audiovisuais em espaços internacionais assim como na participação em eventos em outros países, mas também pela realização de pesquisas de campo (etnográficas e arqueológicas) em outros contextos nacionais, pela coprodução de pesquisas e co-publicações com pesquisadores de outras regiões do mundo, que se reflete na estruturação de redes de pesquisadores reunidos em torno de temáticas de interesse.

A área considera como prioritária a manutenção de políticas voltadas às parcerias Sul-Sul, além das que priorizam o eixo Europa-Estados Unidos. Salienta-se que na Antropologia e na Arqueologia há grupos de pesquisa com parcerias consolidadas no Oriente Médio, na África, na América Central e do Sul, e na Ásia. A área valoriza, assim, a construção de estratégias que ampliem a efetiva convivência internacional entre pesquisadores e suas redes e que pode ser mensurada em termos de:

- 2.5.1. publicações qualificadas com inserção internacional e em periódicos internacionais;
- 2.5.2. convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior;
- 2.5.3. convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras na relação Sul-Sul em que os pesquisadores brasileiros visam implementar a área 35 em países com pouca consolidação de pesquisa;
- 2.5.4. programas institucionais de cooperação internacional envolvendo estratégias bi ou multilaterais de mobilidade para fins de pesquisa e possibilidades de comparação;
- 2.5.5. pesquisas realizadas por docentes e discentes brasileiros nos mais diversos continentes;
- 2.5.6. estágios de formação pós-doutoral no exterior;
- 2.5.7. orientação de Doutorados sanduíches no exterior e supervisão de Doutorados completos no exterior;
- 2.5.8. orientação e defesa de teses desenvolvidas em cotutela e com dupla titulação entre instituições nacionais e estrangeiras;
- 2.5.9. participação em mesas-redondas, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos internacionais de grande relevância para a Área de acordo com a aplicação pela área dos princípios do produto do GT Qualis Artístico e Qualificação de Eventos a ser chancelado pela CAPES;



- 2.5.10. promoção crescente de eventos científicos internacionais no país;
- 2.5.11. prêmios internacionais (com láurea e/ou como participação em júris internacionais);
- 2.5.12. consultorias a organismos internacionais;
- 2.5.13. participação em comitês editoriais e como pareceristas de periódicos internacionais;
- 2.5.14. articulação em redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados;
- 2.5.15. participações em corpos diretivos de comitês em associações científicas internacionais de grande relevância para a Área;
- 2.5.16. oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino em instituições de reconhecido nível de excelência no exterior;
- 2.5.17. obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais;
- 2.5.18. o número de estudantes estrangeiros presentes no PPG seja como mestrandos, doutorandos ou pós-doutorandos.

Muitas dessas ações supõem a disponibilidade de recursos, ora bastante reduzidos, e apenas parcialmente cobertos por programas de financiamento bilateral ou pelo Programa Institucional de Internacionalização CAPES-PRINT e precisarão ser adequadamente revistas em função da realidade do quadriênio.

A crescente diversificação de áreas de pesquisa, anteriormente mais restritas, só foi possível por conta de financiamentos públicos.

A restrição dos financiamentos afeta diretamente o processo de internacionalização na área de Antropologia e Arqueologia porque limita a possibilidade de realização de pesquisa de campo de longa duração em outros países, sob a forma de programas de doutorado sanduíche e sanduíche reverso, quando a universidade recebe alunos estrangeiros para realizar sua formação integral nos programas brasileiros.

A continuidade de um cenário de restrições implicará, evidentemente, na calibragem de todas as propostas passíveis de serem traduzidas em indicadores.

2.6 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.

A área considera que, na medida das condições financeiras e institucionais dos próximos anos, ainda bastante indefinidas após a retração que se estabeleceu a partir de 2015, e das intensas transformações sociais vividas no Brasil em anos recentes:

- 2.6.1 haja ainda espaço potencial para expansão de cursos de pós-graduação em Antropologia, na região Norte, mas se chegou a uma quantidade expressiva de mestrados stricto sensu nessa área básica em todo Brasil pelo momento;
- 2.6.2. haja possibilidades de criação de cursos acadêmicos tendo um foco em Antropologia, mas com recortes temáticos variados, em que a interdisciplinaridade será a cada momento mais importante;
- 2.6.3. haja espaço ainda para a expansão de cursos de mestrado em Arqueologia ou que tenham nesta seu foco principal, seja nas regiões Norte, seja na Centro-Oeste, em particular;
- 2.6.4. possam ser criados cursos de doutorado stricto sensu em Arqueologia nas regiões Norte e Centro Oeste;
- 2.6.5. é de se esperar que nos próximos dois quadriênios, na medida do possível, consolidação de programas de pós-graduação nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, se amplie a quantidade de cursos de doutorado em Antropologia e de Arqueologia, ou de cursos interdisciplinares que as tenham como foco teórico, metodológico e ético.

2.7 Visão da área sobre fusão, fragmentação e migração de PPG.

Em conformidade com a legislação vigente a área de Antropologia e Arqueologia acredita que um planejamento das instituições pode possibilitar a fusão de programas, com a mesma modalidade – acadêmica ou profissional, por afinidade de áreas de concentração e/ou linhas de pesquisa e características semelhantes visando o seu fortalecimento, desde que as fusões não resultem em um aprofundamento de assimetrias inter e intra regionais.

Ainda que se reconheça a crescente autonomização das disciplinas, a área julga que a conjuntura atual não recomenda o desmembramento de cursos. Mas é importante registrar que, até o momento à exceção da UFPA, na UFMG e na UFPel, haja vista as particularidades locais, há certa tendência da área de



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
35.antr@capes.gov.br

Arqueologia em se constituir em programas específicos ou interdisciplinares de perfis mais abrangentes. Reconhecendo, pois, a dinâmica de crescente autonomização dos campos disciplinares da Antropologia e da Arqueologia, a área considera que, dentro dos princípios chancelados pela CAPES, pode acolher cursos novos e programas surgidos de desmembramento. Também receberemos propostas de fusão de programas, nos termos da legislação vigente, com o necessário redesenho institucional.

Quanto a migração de PPG de área, a área julga oportuno receber programas de cunho inter/multidisciplinar que se enquadrem dentro dos requisitos para cursos novos da área, dentre estes cursos de ciências sociais que contem com os requisitos necessários para tanto definidos pela área.

2.8 Visão da área sobre a modalidade à distância.

A área de Antropologia e Arqueologia considera que o mestrado à distância é uma modalidade com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de pós-graduação no País, que pode ser oferecida para suprir demandas específicas de pessoas que já estão inseridas no mercado de trabalho ou que se encontram em áreas que não contam com cursos presenciais.

Tendo em vista o disposto na legislação vigente, a área considera como itens imprescindíveis para a apresentação de propostas acadêmicas ou profissionais na modalidade à distância a demonstração da inexistência de cursos presenciais equivalentes na região; a comprovação de existência de vínculo da IES ao Sistema Universidade Aberta do Brasil comprovado pela CAPES, tal como o ProEB – Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores de Rede Pública de Educação Básica; a comprovação pela IES proponente da experiência de mais de 10 anos de oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* na modalidade à distância; a discriminação da carga horária presencial e à distância; a descrição das formas e qualificações da tutoria: tipos (devem ser usadas tutorias presenciais e à distância); qualificação em nível de doutorado *stricto sensu* em Antropologia ou Arqueologia de 100% dos tutores para cursos na modalidade acadêmica, e de ao menos 50% de doutores nos da modalidade profissional; discriminação e carga horária dedicada ao curso pelos tutores; mecanismos de qualificação e treinamento dos tutores nas ferramentas da plataforma escolhida e nas diretrizes pedagógicas do curso; a descrição das especificações técnicas da infraestrutura física dos polos (velocidade da internet do polo de apoio presencial; modelo de organização e disposição do ambiente virtual de ensino e aprendizagem; quantidades de computadores disponíveis nos polos; laboratórios para atividades presenciais nos termos da infraestrutura inclusive de reservas técnicas no caso dos laboratórios de Arqueologia; a descrição precisa das especificações técnicas da parte pedagógica: dos materiais didáticos (virtuais e impressos); das atividades pedagógicas (regulares e complementares); dos recursos didáticos (fóruns e chats; vídeos; encontros presenciais; biblioteca virtual; webconferências; gráficos, mapas e fotos); a descrição de modelos de avaliação (presenciais; à distância; interativas; modalidades de atividades práticas; atividades de campo com orientação presencial); a descrição da biblioteca virtual (discriminando os textos clássicos e contemporâneos das disciplinas envolvidas disponibilizados para os alunos com as devidas licenças para tanto); a apresentação em formato pdf anexado à proposta das disciplinas obrigatórias na sua integralidade (do planejamento, e do material tanto virtual quanto escrito) para fins de avaliação; a previsão de apresentação presencial de trabalhos finais.

Considerando-se, dentre outras razões, as especificidades dos processos formativos, as necessidades de infraestrutura (em especial de acesso a acervos bibliográficos e laboratórios para tratamento de material arqueológico ou produção audiovisual), em ambos campos, a área de Antropologia e Arqueologia julga pouco recomendável a elaboração de propostas de cursos de mestrado e doutorado nas modalidades acadêmica e profissional estritamente disciplinares. Considera-se que cursos interdisciplinares de mestrado, quer em modalidade acadêmica quer em profissional, com focos nas áreas temáticas voltadas para a sociodiversidade brasileira recobertas pelas disciplinas da área, em especial quando voltados para a qualificação do pessoal docente da educação básica e de gestores das administrações públicas municipal e estadual, assim como para integrantes de organizações do terceiro setor nestas, seriam adequados e admissíveis para avaliação desde que contemplem o disposto neste documento, nas regulamentações da CAPES e no *Documento Orientador de APCN da área*.



2.9 Visão da área sobre a modalidade profissional (especialmente o nível de doutorado).

O Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade voltada para a capacitação de profissionais a partir do estudo de técnicas, metodologias, processos ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho em Antropologia e Arqueologia.

Já um Doutorado Profissional deve possibilitar que o egresso seja capaz de conceber, elaborar, implantar, acompanhar e avaliar propostas, programas, ações, metodologias, técnicas e/ou outras formas de intervenção nos contextos nos quais encontram-se inseridos. Para que a proposta seja analisada é necessário que esteja claramente definido o escopo de um Doutorado Profissional, que deve se diferenciar dos demais doutorados acadêmicos existentes na área e na região, do mesmo modo que é necessário definir sua distinção em relação ao Mestrado Profissional já existente na Instituição.

Um dos desafios da expansão da área é a criação de cursos na modalidade profissional. A expansão está associada ao crescimento de demandas de afirmação de direitos de populações e grupos, tradicionalmente estudados pela Antropologia, e políticas públicas, em consonância com os princípios estabelecidos pelo Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia. No caso da Arqueologia, a ampliação da formação em direção à modalidade profissional pode estar vinculada ao gerenciamento do patrimônio arqueológico, considerando a formulação de políticas públicas que reconheçam os direitos dos coletivos humanos interessados nos bens arqueológicos, conforme os princípios que regem o Código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

A área de Antropologia e Arqueologia não corrobora com a ideia de que os mestres e/ou doutores profissionais sejam apenas usuários de pesquisas realizadas em outros âmbitos. O que se propõe é que o mestre e/ou doutor profissional seja um pesquisador de sua prática. Nesse sentido, a formação deve estar orientada para a pesquisa, de modo que o trabalho final seja a apresentação do resultado dessa pesquisa em formatos distintos dos programas acadêmicos. É somente através da pesquisa que o estudante tem oportunidade de analisar a realidade em que se inserem, promover a reflexão crítica sobre a prática profissional de modo a possibilitar o desenvolvimento de antropólogos e arqueólogos críticos e criativos.

Uma possibilidade de proposta de programa profissional (mestrado e/ou doutorado) está voltada a formação e docentes da Educação básica em temas próprios do campo disciplinar da Antropologia e Arqueologia, que tematizem diferentes aspectos da diversidade sociocultural no Brasil.

2.10 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.

A inserção do conhecimento antropológico no ensino fundamental e médio se faz de diferentes formas, quer seja: indiretamente, por meio de linhas de pesquisa voltadas à produção de conhecimento etnográfico na interface entre Antropologia, Educação e Políticas Públicas, e diretamente:

2.10.1. através dos diferentes efeitos da inserção social da grande parte das pesquisas antropológicas e atividades de extensão que se fazem em comunidades indígenas, rurais, urbanas, religiosas, afro-brasileiras, pesquisas que são conectadas a projetos sociais, às políticas públicas e intimamente articuladas com membros comunitários e lideranças educacionais com repercussão em estudantes e docentes;

2.10.2. através da integração de estudantes do ensino médio e do ensino fundamental em atividades de extensão e de pesquisa;

2.10.3. através da docência e oferta de cursos de aperfeiçoamento ou de extensão dirigidas a docentes do ensino médio e fundamental;

2.10.4. através da oferta das disciplinas de Antropologia nos cursos de licenciatura em ciências sociais, história e geografia para graduandos, futuros professores do ensino médio, bem como em áreas tão variadas como as da Saúde (Medicina, Biomedicina, Enfermagem), Psicologia;

2.10.5. através da oferta de cursos de extensão, especialização e atualização para docentes do ensino médio e fundamental, com destaque para os conteúdos estabelecidos pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008;

2.10.6. na produção de livros-textos para ensino médio e fundamental;

2.10.7. na produção de livros-textos-cartilhas-vídeos para o ensino sobre diversidade sexual, racial e de gênero nas escolas de ensino médio e fundamental;



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
35.antr@capes.gov.br

2.10.8. na participação junto às comunidades indígena e quilombola, na produção de livros-textos para escolas indígenas e escolas quilombolas;

2.10.9. na oferta de cursos para professores indígenas e quilombolas;

2.10.10. através da formação de profissionais, quer sejam de organizações da sociedade civil, da administração pública, de empresas ou de centros de pesquisa pois sua formação faz efeito tanto nas políticas públicas, como incidem sempre no ambiente educacional. Esta multiplicidade de articulações ainda se repetiria no caso de haver disciplinas específicas no ensino médio identificadas como Arqueologia ou Antropologia. Para tornarem-se visíveis como campos de saberes distintos, eles se aliam ao que é reconhecido como “história” e “sociologia” e a habilitação formal de ensino no nível médio nessas áreas nasce da relação com as outras áreas, constituindo esferas de busca de maior reconhecimento dentro do ensino médio e básico.

Salienta-se que na interface dos programas com as graduações em Antropologia e Ciências Sociais e o ensino médio e fundamental, ao longo dos últimos anos, foi fundamental a vigência do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que possibilita o desenvolvimento de ações e iniciativas para o reforço da formação de professores para o ensino médio. A Área incentiva a participação dos programas em propostas institucionais desenvolvidas pelas Universidades.

2.11 Visão da área sobre formas associativas.

A proposta de curso em forma associativa se distingue do que se convencionou chamar de Mestrado Interinstitucional, Minter, ou Doutorado Interinstitucional, Dinter, que são cursos com oferta sob condições especiais, ou de turmas fora de sede, no caso dos Mestrados Profissionais.

A existência de parceria, cooperação, intercâmbio nacional com outras IES é parte integrante de qualquer programa de pós-graduação, não sendo, portanto, condição suficiente para ser definido como um curso em rede.

Um curso em forma associativa deve ter as responsabilidades, competências e atribuições compartilhadas pelas instituições proponentes. Sua proposta deve apresentar um regimento, uma proposta do curso e os aspectos formais e operacionais do convênio firmado entre as instituições deixando claro as condições desta associação, em especial, a forma de administração e condução desses cursos e como sanar eventuais conflitos de competência e de interesses. Um curso em forma associativa é um empreendimento complexo cujo êxito pressupõe o empenho das instituições interessadas.

As redes de cooperação na pós-graduação em Antropologia e Arqueologia devem ser criadas para atender formações curriculares especializadas ou concentrações temáticas específicas. Devem propiciar o intercâmbio de pesquisadores e estudantes, o uso comum de equipamentos e a realização de pesquisa interdisciplinar e/ou multi-institucional, visando a construção de estratégias para a otimização dos recursos humanos e materiais, bem como uma nucleação mais equilibrada de cursos e grupos de pesquisa no território nacional. As redes devem ainda buscar atenuar a apresentação de propostas de cursos de pós-graduação com equipes e currículos que não atendam as regras mínimas formuladas pela CAPES.

2.12 Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter; Turma Fora de Sede; Programas de mobilidade financiados por FAPs)

O Minter/Dinter corresponde a um projeto com a participação de duas ou mais instituições cuja premissa é a qualificação dos recursos humanos de uma delas, cujas turmas ocorram sob condições especiais. Estas modalidades têm, portanto, uma natureza de efemeridade associada à qualificação dos recursos humanos com o objetivo de buscar soluções de alguns problemas específicos, tais como as assimetrias regionais em termos de recursos humanos. É desejável que as estratégias de colaboração tenham como objetivo a superação de hierarquias e a concentração de cursos nas regiões sudeste-sul e favoreçam à interseccionalidade temática e regional, em especial, no que se refere a proposta de Dinter.

A área de Antropologia e Arqueologia julga bastante relevante a operacionalização de outros mecanismos de solidariedade, mobilidade interinstitucional, cooperação e desenvolvimento institucionais promovidos pelas agências estaduais de fomento visando estimular a interação científico-acadêmica, a promoção da



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
35.antr@capes.gov.br

interdisciplinaridade entre Antropologia/Arqueologia e demais campos do conhecimento, bem como o intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes.

A área enfatiza, ainda, a excelente experiência com o PROCAD (nas modalidades que assumiu) e outros programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional, com repercussões extremamente positivas para a consolidação de programas receptores, e a expansão de programas consolidados, dentre outros aspectos pela mobilidade orientada de docentes e discentes, pelo desenvolvimento de parcerias de pesquisa, que reverteram muitas vezes em variados produtos bibliográficos, audiovisuais e técnicos, com considerável impacto na formação de egressos e repercussão nas notas dos programas que os utilizaram.

3. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

O incêndio que destruiu o Museu Nacional/UFRJ em 02/09/2108, sede de dois cursos de pós-graduação da área (o PPGAS, em Antropologia, primeiro PPG criado na área, nota 7; e o PPGArq, em Arqueologia, o terceiro PPG criado em Arqueologia, nota 4, ambos com Mestrado e Doutorado), que tiveram seus laboratórios, bibliotecas, acervos pessoais de pesquisadores e materiais de pesquisa de docentes e discentes integralmente destruídos, determinou uma série de providências por parte do Conselho Superior e do Conselho Técnico-Científico - Ensino Superior da CAPES, lideradas pela Diretoria de Avaliação em que ficaram estabelecidas condições especiais de avaliação e suporte à recomposição dos PPG neste e provavelmente no próximo quadriênio.

A área também considera importante discutir atentamente a situação de cursos que tenham sofrido uma renovação de mais de 50% de seu corpo docente num quadriênio, notadamente com a contratação de docentes recém doutores.



ANEXOS

Figura 2 Distribuição Estadual dos Programas (2000)

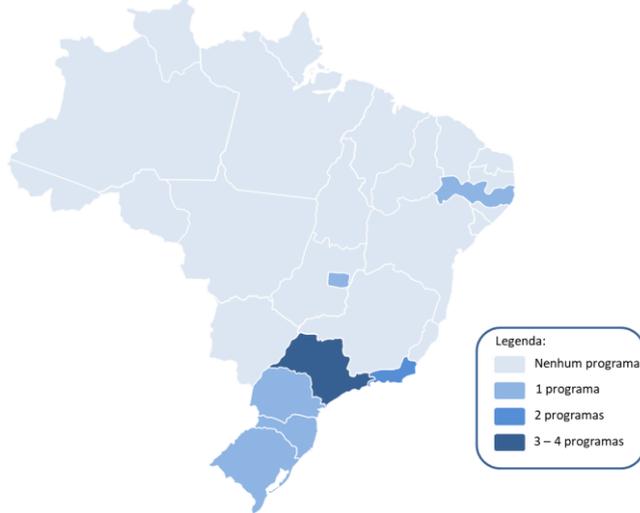


Figura 3 Distribuição Estadual dos Programas (2010)

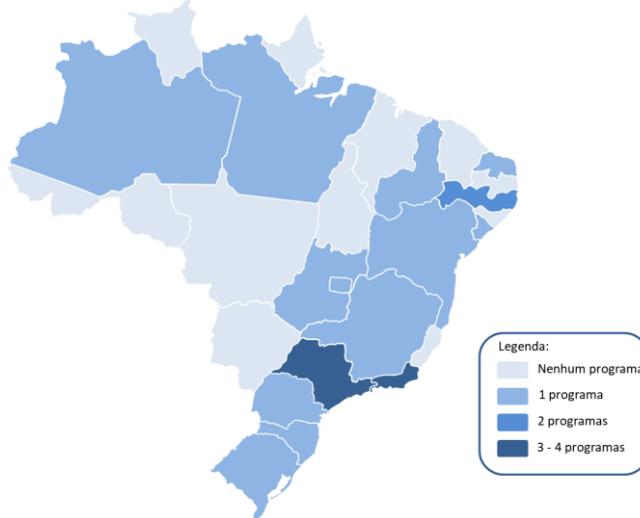


Figura 4 Distribuição Estadual dos Programas (2019)

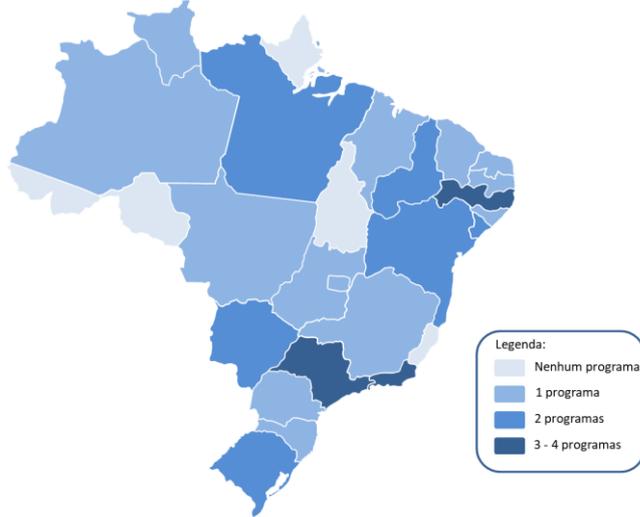


Gráfico 3 – Distribuição de docentes da Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

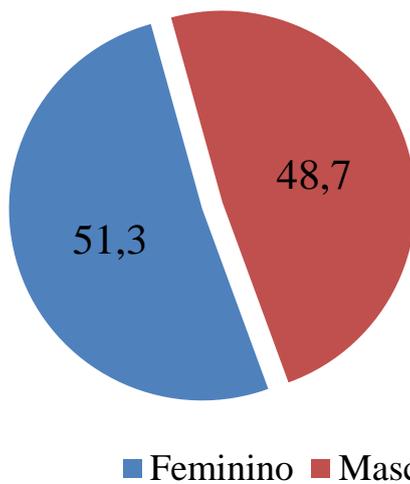


Gráfico 4 – Distribuição de docentes da Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

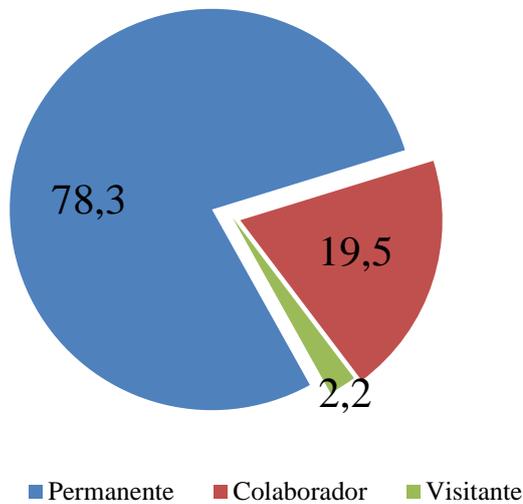


Gráfico 5 – Nacionalidade de docentes da Área de Antropologia/Arqueologia (2017)⁵

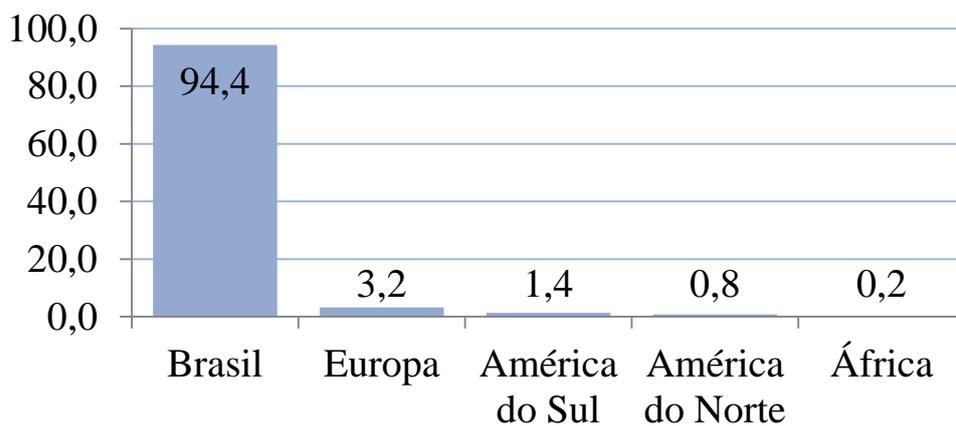


Gráfico 6 – Local de titulação de docentes da Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

⁵ Não temos dados para casos de dupla nacionalidade, o que de nosso mero conhecimento empírico alteraria o cenário acima.

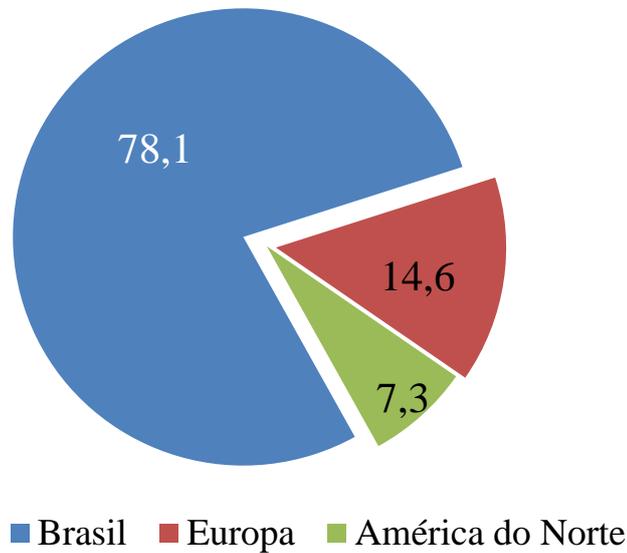


Gráfico 7 – A faixa etária de docentes da Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

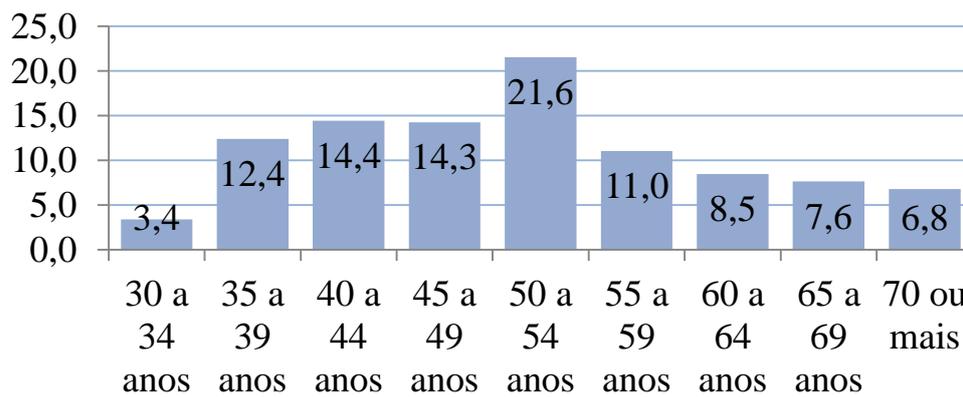


Gráfico 8 – Distribuição de bolsas de produtividade entre os docentes da Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

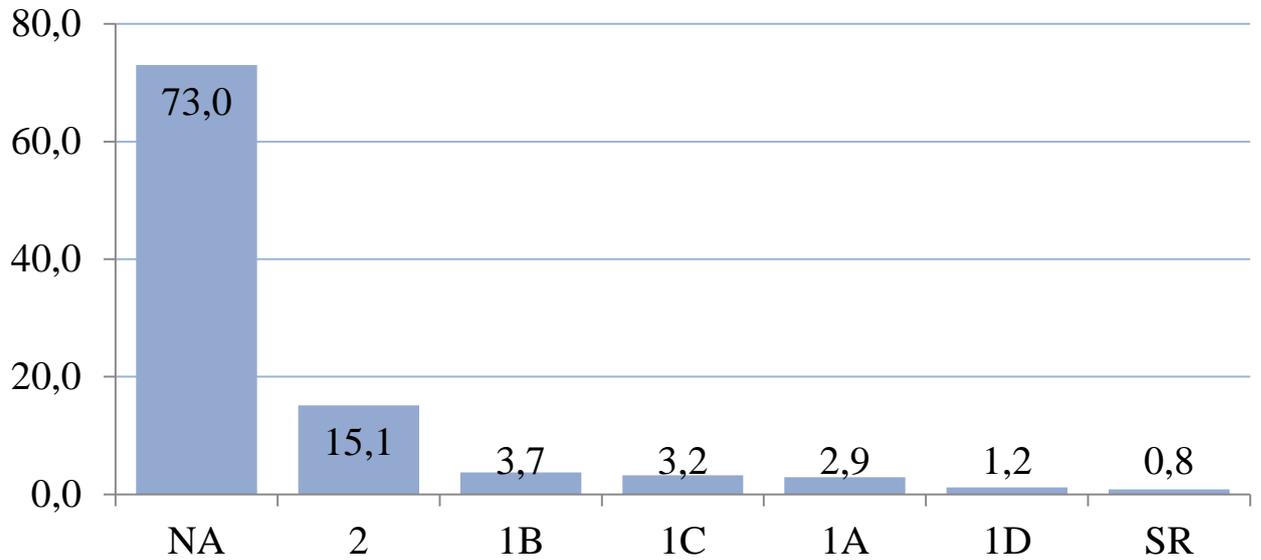


Gráfico 9 – Distribuição de docentes por faixa de tempo de titulação da Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

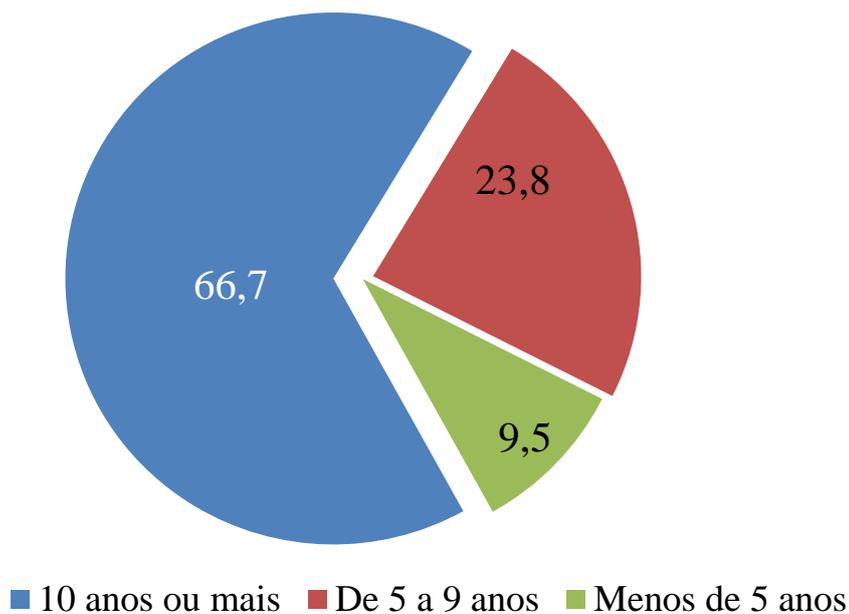


Tabela 3 – Professores segundo sexo e área de conhecimento (Antropologia/Arqueologia) (2017)

Área de Conhecimento	valores absolutos			valores relativos		
	feminino	masculino	total	feminino	masculino	total
ANTROPOLOGIA	252	248	500	50,4	49,6	100
ARQUEOLOGIA	50	39	89	56,2	43,8	100
Total geral	302	287	589	51,3	48,7	100

Gráfico 10 – Distribuição de discentes por grau acadêmico da Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

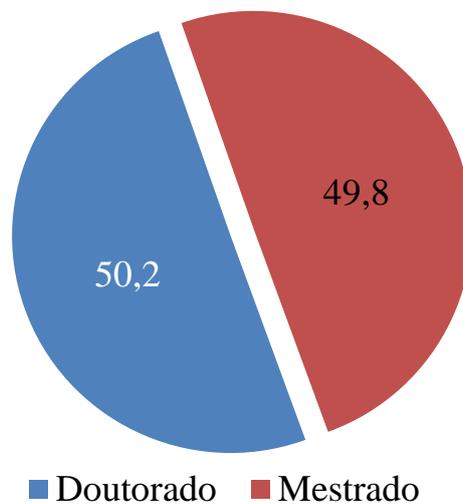


Gráfico 11 – Distribuição de discentes matriculados segundo cor/raça da Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

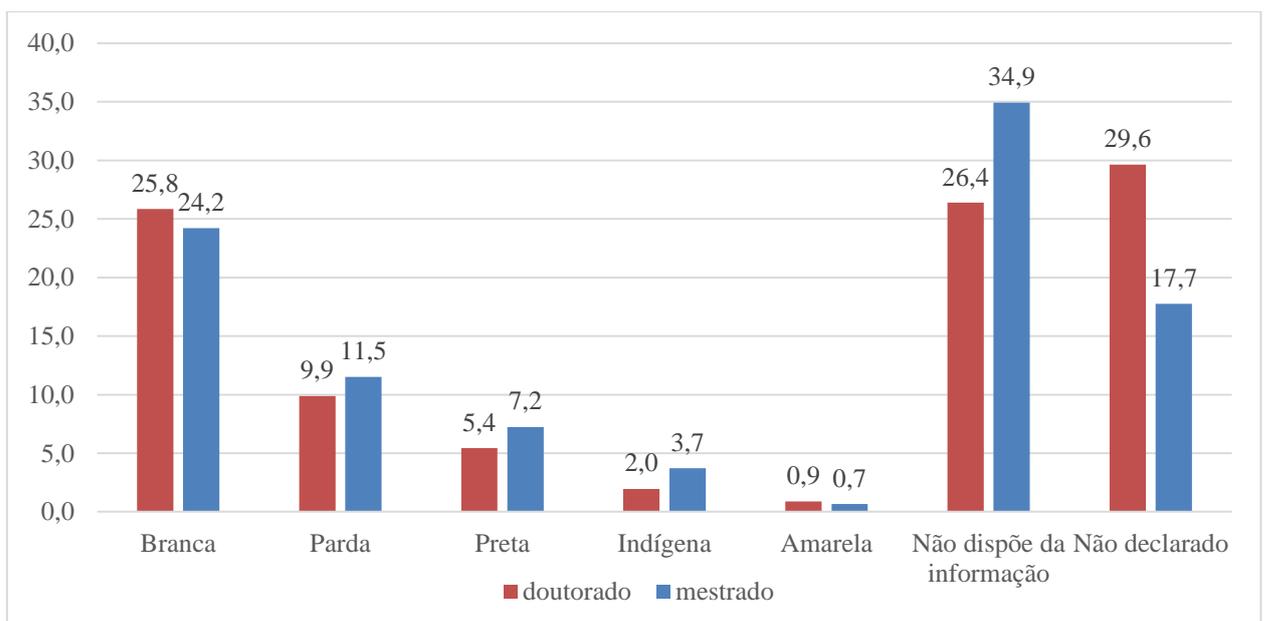


Gráfico 12 - Distribuição de discentes matriculados nos PPG de Antropologia segundo sexo - Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

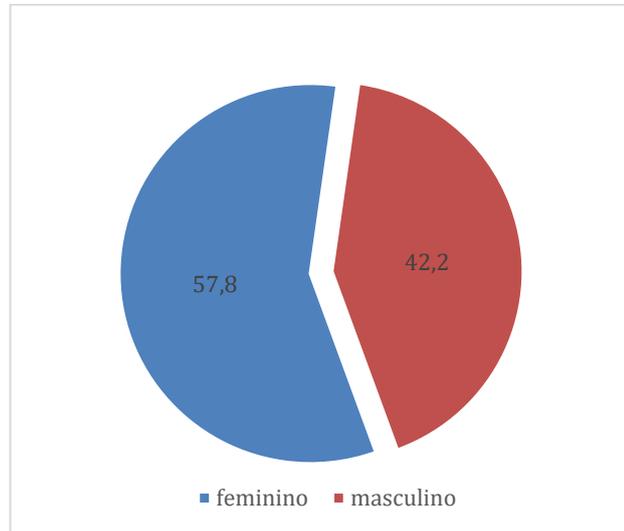


Gráfico 13 - Distribuição de discentes matriculados nos PPG de Arqueologia segundo sexo - Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

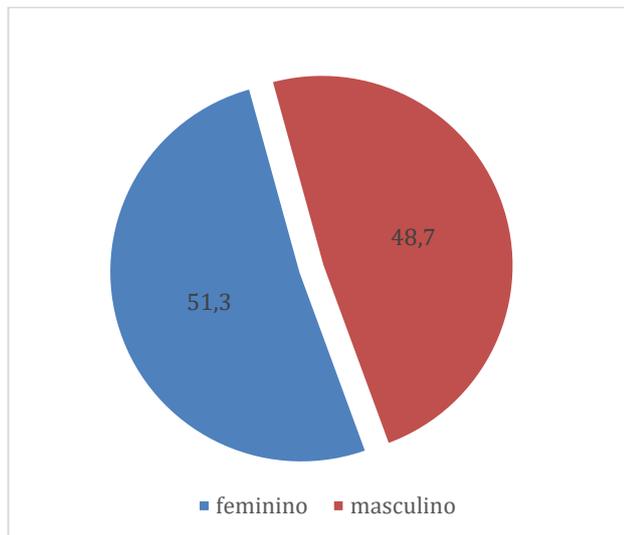


Gráfico 14 - Distribuição de discentes matriculados nos PPG de Antropologia e Arqueologia segundo sexo - Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

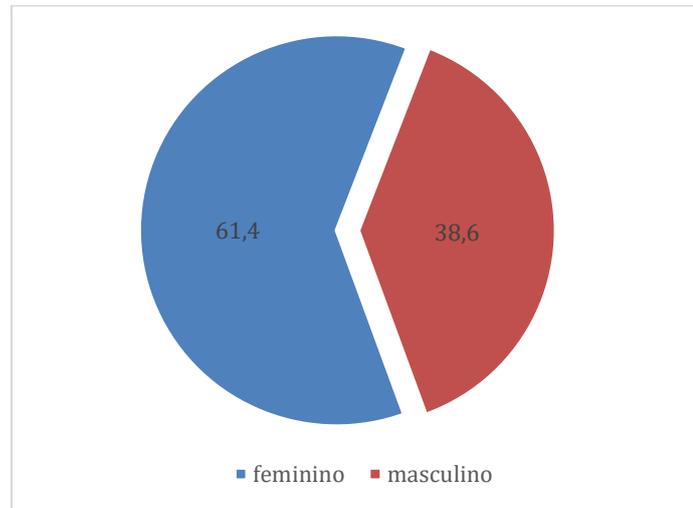


Gráfico 15 - Distribuição de discentes matriculados segundo faixa etária - Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

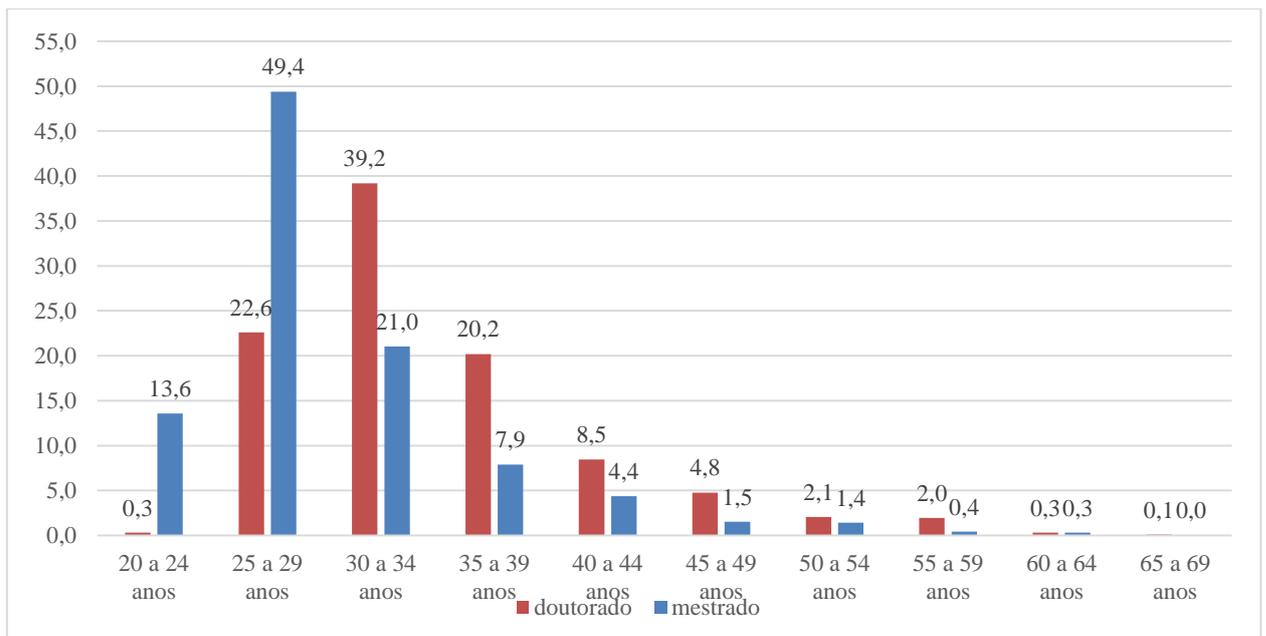


Gráfico 16 - Distribuição de discentes matriculados no Doutorado segundo nacionalidade - Área de Antropologia/Arqueologia (2017)

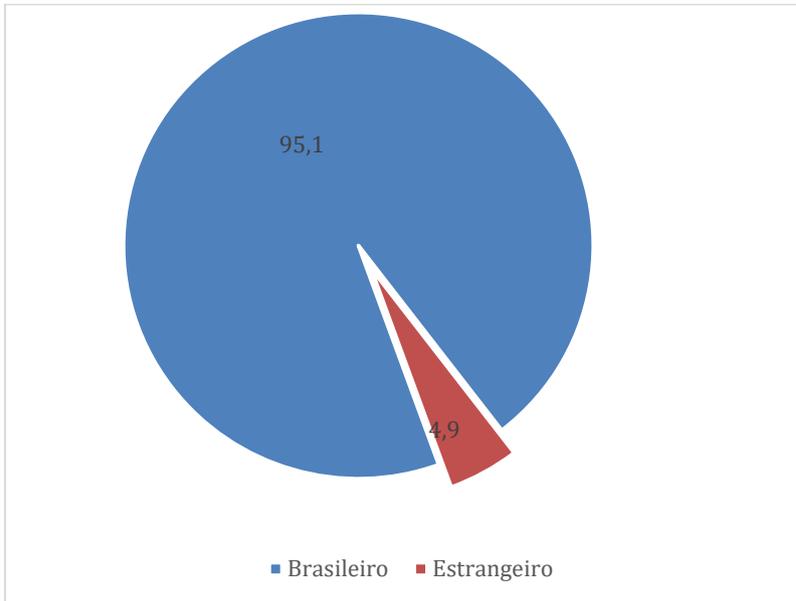
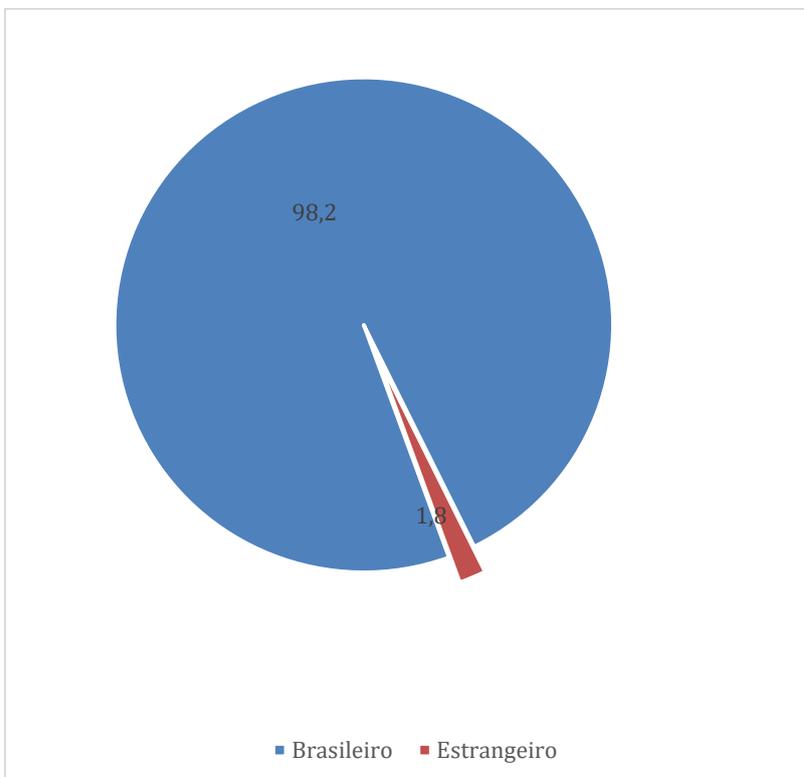


Gráfico 17 - Distribuição de discentes matriculados no Mestrado segundo nacionalidade - Área de Antropologia/Arqueologia (2017)





Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
35.antr@capes.gov.br

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. *Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia (no prelo).
- BARRETO, Cristiana. A Construção de Um Passado Pré-Colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. Dossiê Antes de Cabral: *Revista USP*, 44: 32-52, 1999-2000. (Arqueologia Brasileira I)
- BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena & BETANCOURT, Carla. (org.) *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova Síntese*. Belém: IPHAN: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016.
- BEZERRA, Marcia. Bicho de Nove Cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil". *Revista de Arqueologia*, 21 (2): 139-154.
- BUENO, Lucas. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. *Estudos Avançados*, 29 (83): 119-147, 2015.
- CABRAL, Mariana. "E se todos fossem arqueólogos?". *Anuário Antropológico*, 39 (2): 115-132, 2018.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. *Território Primitivo - a Institucionalização da Arqueologia no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- GROSSI, Miriam Pillar; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (orgs). *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- LIMA, Tania Andrade (org.) Dossiê: Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. *Revista do Iphan*. Volume 33, 2007.
- NEVES, Eduardo Góes. Existe algo que se possa chamar de "arqueologia brasileira"?. *Estudos Avançados*, 29 (83): 07-17, 2015
- RIBEIRO, Loredana Marise. (org.) Dossiê: Arqueologia e Crítica Feminista no Brasil. *Revista de Arqueologia*. Sociedade de Arqueologia Brasileira, 30 (2), 2017.
- SCHAAN, Denise Pahl Arqueologia para etnólogos colaborações entre arqueologia e antropologia na Amazônia. *Anuário Antropológico*, 39 (2): 13-44, 2014.
- SCHAAN, Denise Pahl & BEZERRA, Marcia. (org..) *Construindo a Arqueologia no Brasil: a trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Belém: GK Noronha, 2009.
- SILVA, Fabíola Andréa; BESPALÉZ, Eduardo & STUCHI, Francisco Forte. Arqueologia Colaborativa Na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. *Amazônica - Revista de Antropologia*, 3 (1): 2011, 32-59.



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
35.antr@capes.gov.br

SIMIÃO, Daniel Schroeter & FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *O campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea de Souza; CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LACERDA, Paula Mendes; OSORIO, Patricia (org.). *A Antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. Rio de Janeiro; Brasília: E-papers; Associação Brasileira de Antropologia, 2018.

SYMANSKI, Luís Claudio P. “Arqueologia Histórica No Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos”. In: Morales, W.F. & Moi, F.P, (org..) *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. Annablume/Acervo, 2009 pp. 279-310.

TRAJANO FILHO, Wilson & LINS RIBEIRO, Gustavo (org.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa; Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

VIANA, Sibeli; Bezerra, Marcia. & Eremites, Jorge. (org.) Dossiê: Múltiplas Perspectivas sobre o Ensino de Arqueologia no Brasil. *Habitus*, 12 (2), 2014.